

**O círculo de construção de paz como prática restaurativa na escola:
caminhos para a escuta, o acolhimento e a convivência.**

**The peacebuilding circle as a restorative practice at school: paths to
listening, welcoming and coexistence.**

Maria Mônica Zimmer Simionato Biavatti

Angelica Gomes de Araújo Batista

Resumo:

O presente artigo tem como objetivo evidenciar a importância da metodologia dos Círculos de Construção de Paz no ambiente escolar. A pesquisa está sendo realizada na Escola Estadual Professora Flora Calheiros Cotrin, localizada na região leste de Porto Velho – RO, e caracteriza-se como qualitativa e bibliográfica. Conclui-se que os Círculos de Construção de Paz configuram-se como uma importante ferramenta de proteção e um espaço de autoconhecimento e autocuidado para os pré-adolescentes e adolescentes.

Palavras-chave: Cultura de Paz; Práticas Restaurativas; Convivência Escolar; Acolhimento; Educação.

Abstract: This article aims to highlight the importance of the Peacebuilding Circles methodology in the school environment. The research is being conducted at the Professora Flora Calheiros Cotrin State School, located in the eastern region of Porto Velho, Rondônia, and is characterized as qualitative and bibliographic. The conclusion is that Peacebuilding Circles are an important protection tool and a space for self-knowledge and self-care for pre-adolescents and adolescents.

Keywords: Culture of Peace; Restorative Practices; School Coexistence; Welcoming; Education.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, visa mostrar a importância da metodologia do Círculo de Construção de Paz no ambiente escolar. Inspirada a partir de variadas influências, inclusive a da cultura indígena norte-americanos, para resolver conflitos. Difundida desde 1998 pela escritora e professora norte-americana Kay Pranis. Metodologia que tem como proposta estabelecer conexões, fortalecendo vínculos em um ambiente preparado e organizado para compartilhar valores que respeitam a diversidade, a dignidade e o relacionamento humano. A prática proporciona um ambiente no qual todos podem se ver, ter o seu tempo de fala e também desenvolver a escuta.

Nesse sentido, o processo restaurativo pode oferecer à escola uma metodologia positiva para lidar com conflitos escolares, desenvolvendo uma educação alicerçada no respeito e dignidade, proporcionando o fortalecimento do diálogo, o bem-estar e a convivência harmônica (Menezes; Granzotto, 2015).

É uma pesquisa que vislumbra situar práticas restaurativas na escola em busca por uma cultura de paz e que considere os sujeitos em suas necessidades. Tem como objetivo principal relatar como está sendo a experiência pedagógica com a aplicação dos círculos restaurativos em uma Escola da Rede Estadual de Educação de Porto Velho – RO, “Professora Flora Calheiros Cotrin”, localizada na zona urbana na região leste.

O público-alvo, escolhido para participar do círculo de construção de paz na escola, foi a turma de sétimo ano do Ensino Fundamental II do turno da manhã, que compreende uma faixa etária de 10 e 17 anos de idade, por estarem apresentando relacionamentos e comportamentos agressivos entre os estudantes no espaço escolar. É nessas situações problemas, vivenciadas ocasionando interferência no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes. Além de que, exigia-se dos professores, equipe diretiva e funcionários que atuam na escola uma postura permanente de mediação de conflitos.

Com isso, resolveu-se apresentar e desenvolver com a turma como uma estratégia para solucionar os conflitos e para fortalecer as relações entre colegas de turma e profissionais da escola, os círculos de construção de paz. Sendo que, para cada momento do encontro vai consolidando-se com a turma o entendimento e a importância de cada participante, respeitando o tempo da fala e da escuta atenta ao utilizar o objeto da palavra.

Nesse sentido, foi escolhido para essa turma ser o objeto da palavra dos encontros, um coração feito de material de pelúcia. Este coração é de uma das facilitadoras do círculo e vem acompanhado de uma história, a qual conta que o coração é o símbolo do amor universal. Ele é o nosso alicerce, temos que cuidar desse coração, regando-o e abastecendo-o diariamente, o dia todo somente de coisas boas para Ele manter-se saudável e vivo. Se o coração for alimentado com coisas ruins vai ficar triste e adoecer, sem energia para continuar funcionando.

Os encontros com os estudantes acontecem mensalmente, iniciou no mês de maio de 2025 e vai até o mês de novembro do corrente ano. As facilitadoras responsáveis por planejar e realizar os encontros consistem em 11, todas tem vínculo com a escola, são professoras da rede estadual de ensino, as quais foram capacitadas para atuarem nesta missão. Há cada encontro duas professoras facilitadoras ficam responsáveis por planejar e realizar o encontro do círculo de paz. Para cada encontro, aborda-se temas significativos do cotidiano, como família, amizade, bullying, gostos e preferências. Que são conduzidos por ações dialogadas, participativas, e de mediação, na busca pacífica de resolução dos conflitos no espaço escolar.

A pesquisa tem como objetivos específicos: Promover a Cultura de Paz na escola por meio das práticas restaurativas como forma de prevenção e enfrentamento à violência; identificar manifestações de violência que interferem na aprendizagem dos alunos; proporcionar formação continuada aos professores sobre a metodologia dos Círculos de Construção de Paz. Nesta pesquisa, discorreremos sobre como as práticas de Justiça Restaurativa através dos Círculos de Construção de Paz são fundamentais na construção de uma Cultura de Paz na Escola. Bem como, da importância do uso das práticas restaurativas na escola e dos Círculos de Construção de Paz, enquanto projeto da comunidade escolar.

A abordagem desta pesquisa é qualitativa, o levantamento de dados teve como base as observações, autoavaliações, registros pelos quais foi possível analisar os impactos que esta prática vem acarretando nas relações interpessoais dos envolvidos.

O problema da pesquisa trata-se da seguinte pergunta: como as práticas restaurativas na escola podem contribuir para o enfrentamento das violências na escola?

A relevância deste estudo, justifica-se pela necessidade de fortalecer práticas restaurativas que ultrapassem o âmbito disciplinar e alcancem dimensões emocionais e éticas, promovendo o bem-estar e a harmonia nas relações escolares. Além, de poder trazer referências e autores que apontam para a possibilidade de resolução de conflitos de modo mais humanizado.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Metodologia restaurativa no contexto escolar

Para Pranis (2011), os círculos restaurativos constituem espaços seguros para o diálogo, onde todos são convidados a participar de forma igualitária e respeitosa. Nesses espaços, o silêncio, a escuta e o compartilhamento de sentimentos tornam-se elementos transformadores. Os círculos de construção de paz trata-se de espaços onde todos têm voz, aprendem a escutar e são convidados a refletir sobre suas atitudes, sentimentos e valores. Os Círculos de Construção de Paz apresentam-se como um método importante a ser aplicado na resolução de conflitos, uma vez que, promove o diálogo, o autoconhecimento e o acolhimento entre os estudantes, por consequência, contribuem para o processo de ensino e de aprendizagem e para a qualificação das relações interpessoais de todos que dividem este espaço. O método permite que todos possam se ver, ter o seu tempo de fala e também desenvolver a escuta do outro,

Meirelles (2014), os Círculos de Construção de Paz (CCP) oportunizam aos participantes a igualdade de fala, respeito às diferenças, restaurando as relações causadas pelo dano. Por isso, conforme Pranis (2011), esses momentos dos círculos são fundamentais para que o aluno se perceba como sujeito capaz de sentir, errar, se expressar e se responsabilizar, entendendo que o círculo não é um espaço de julgamento, mas de aprendizagem e respeito. Espaço este onde o participante tem a oportunidade de refletir acerca de sua existência, dos seus sonhos, dos seus temores, das suas dúvidas, além de desenvolver maior autoconhecimento e desenvoltura para lidar com as próprias emoções.

No primeiro encontro com a aplicação da metodologia, estabeleceu-se a construção de diretrizes para que os encontros ocorressem de forma respeitosa e com ética mantida. Dentre as regras estabelecidas estão: o respeito ao objeto da

palavra, o sigilo das falas de todos os participantes, a escuta atenta de todos os colegas, o não julgamento, e falar de si e não do outro. Esse método dos Círculos nos mostra que não é um momento de orientar os participantes, mas sim de ofertar a palavra aos sujeitos e a oportunidade de escutar uns aos outros. As práticas restaurativas na escola podem sensibilizar e chamar a atenção para outras formas de resolução de conflitos que atingem crianças, jovens e adultos em escolas e comunidades (Souza e Santos, 2019).

A experiência através do contato com metodologias como círculos de construção de paz mostra que é possível enfrentar problemas comuns nessa fase pré-adolescentes e adolescentes, tais como: insegurança, baixa autoestima, desamparo, timidez, depressão e ansiedade. Mas, é de fundamental importância que se promova na escola um espaço que propicie a escuta e a fala dos estudantes, para que estes sujeitos em formação possam refletir acerca de sua existência, dos seus sonhos, dos seus temores, das suas dúvidas, além de desenvolver maior autoconhecimento e desenvoltura para lidar com as próprias emoções (Pranis, 2011).

Segundo Evans e Vaandering (2018) a metodologia aplicada nos Círculos de Construção de Paz, contribui para o desenvolvimento dos três conceitos da Justiça Restaurativa na Educação que consistem em criar ambientes de aprendizado justos e equitativos; nutrir relacionamentos saudáveis e reparar danos e transformar conflitos. Com isso, os Círculos tornam-se espaços de humanização, onde os alunos aprendem a se colocar no lugar do outro e compreender que todos somos seres compostos de virtudes e imperfeições.

2.2 Círculos de Construção de Paz

Os encontros de intervenção prática dos Círculos de Construção de Paz, são realizados de forma mensal, seguem um roteiro estruturado, inspirado nos princípios da Justiça Restaurativa. O momento inicia com as boas-vindas e acolhida, seguido de um breve exercício de respiração e concentração, que ajuda os alunos a se conectarem consigo mesmos e com o grupo. Logo, apresenta-se o centro do círculo, composto por objetos simbólicos. Após essa etapa, os alunos compartilham como estão chegando, expressando seus sentimentos e emoções. Depois, dando prosseguimento, ao círculo de construção de paz, discutem-se

valores e combinados de convivência, reforçando o compromisso coletivo com o respeito e a escuta. O momento central do círculo é dedicado às rodadas de perguntas sobre o tema do dia, como: amizade, família, bullying ou empatia, que conduzem à reflexão sobre atitudes e convivência. O encerramento é sempre marcado por uma mensagem de paz, fundo musical e, em alguns casos, uma lembrança simbólica, reforçando o sentimento de pertencimento e valorização.

Meirelles (2014), informa que os Círculos de Construção de Paz (CCP) agregam princípios e práticas cotidianas que promovem o diálogo e a resolução de conflitos, uma vez que oportunizam aos participantes a igualdade de fala, respeito às diferenças, restaurando as relações causadas pelo dano. Que para a realização dos Círculos de Construção de Paz deve ser seguido um roteiro, obedecendo uma sequência como forma de organização:

1. Cerimônia de abertura: momento do acolhimento inicial é de se conectar uns aos outros;
2. Apresentação/check in: momento em que os participantes têm a oportunidade de se apresentar para o grupo.
3. Construção de valores e diretrizes: momento de eleger os valores, diretrizes para o bom andamento do encontro, garantindo segurança, acolhimento e afetos.
4. Perguntas norteadoras: momento de conduzir o diálogo entre os participantes diante de um determinado tema.
5. Checkout: momento de os participantes expressarem como estão saindo do encontro e o que estão levando.
6. Cerimônia de encerramento: momento da celebração do esforço e empenho de cada participante.

As Práticas Restaurativas baseadas nos Círculos de Construção de Paz, constituem ferramenta indispensável no cotidiano escolar. Sem oportunizar o diálogo na escola, ela está fadada a continuar experimentando um ambiente hostil, inseguro e violento (Pelizzoli, 2016). E quando for aplicar a metodologia dos Círculos de Construção de Paz, é necessário informar que falamos a partir do eu, 1ª pessoa, que é vivencial. E que ao oportunizar os participantes a contar

sua história, estamos permitindo que as pessoas se conectem a nós, pois, a partir disso, acabamos encontrando pontos em comum e, assim, nos conhecendo melhor (Pranis, 2010).

Segundo Zehr (2008), a Justiça Restaurativa busca restaurar relações rompidas, promovendo empatia, escuta e responsabilidade compartilhada. No ambiente escolar, essa abordagem tem se consolidado como um caminho essencial para o fortalecimento da convivência, da cultura de paz e do respeito mútuo. As práticas restaurativas na escola podem sensibilizar e chamar a atenção para outras formas de resolução de conflitos que atingem crianças, jovens e adultos em escolas e comunidades (Souza e Santos, 2019). Com a adoção de Práticas Restaurativas, pretende-se diminuir a aplicação de sanções disciplinares, reduzir as manifestações de violência, tratar os conflitos de forma assertiva e criar um clima escolar saudável, com relações interpessoais cooperativas e acolhedoras, melhorando os processos educacionais, com reflexo direto na aprendizagem dos alunos.

Os Círculos de Construção de Paz são práticas de origem ancestral voltadas à resolução coletiva de conflitos, desenvolvidas de forma participativa e inclusiva. Esses encontros reúnem vítima, autor do ato e membros da comunidade de apoio em um espaço acolhedor e seguro, onde se busca o fortalecimento dos vínculos, o empoderamento das partes envolvidas, a reparação dos danos e o cuidado com as vítimas. O objetivo é que, de maneira colaborativa, todos possam refletir e decidir sobre as melhores formas de solucionar a situação conflituosa. Essa metodologia promove uma cultura baseada nos direitos humanos, no respeito mútuo e na valorização das identidades e particularidades de cada pessoa (PRANIS, 2010).

As práticas restaurativas fundamentam-se em métodos consensuais e autocompositivos de resolução de conflitos, típicos da Justiça Restaurativa, e podem ser aplicadas tanto por profissionais públicos quanto por voluntários.

De acordo com Pranis (2010), os facilitadores das práticas restaurativas utilizam técnicas como o silêncio e a meditação, que ajudam a regular as emoções, recuperar o autocontrole e manter o foco na busca por soluções adequadas para os problemas decorrentes de condutas criminosas. O perdão, nesses processos, é abordado por meio da espiritualidade durante os círculos restaurativos. Esses

processos circulares funcionam como um instrumento de autoconhecimento e autorevelação, ao promover a escuta tanto de quem causou o dano quanto de quem sofreu, além de envolver a comunidade, incentivando que todos participem da resolução dos conflitos por meio de uma comunicação respeitosa.

Kay Pranis introduziu a prática dos círculos restaurativos nas escolas, e atualmente ela é aplicada também em locais de trabalho, comunidades, vizinhanças e no sistema de justiça, com o objetivo de fortalecer vínculos e solucionar conflitos. Essa abordagem permite conhecer a si mesmo e ao outro por meio de diálogos pacíficos, promovendo empatia e convivência harmoniosa. Segundo Pranis (2019, p. 33), “o processo do Círculo é uma maneira de formar o quadro mais abrangente possível sobre nós mesmos, o outro, as questões em pauta, possibilitando que todos caminhem juntos de modo benéfico”.

Nos encontros em círculo, há a compreensão de que bons resultados podem surgir a qualquer momento, e que apenas compartilhando as perspectivas de cada participante é possível alcançar um diálogo compassivo e assertivo. Dividir essas perspectivas contribui para a construção de uma sabedoria coletiva, que ultrapassa a simples soma das contribuições individuais (Pranis, 2019).

Barton (2000, p. 93) caracteriza os círculos restaurativos como encontros destinados a discutir comportamentos inadequados ou ofensivos, envolvendo diretamente a vítima, o ofensor e suas respectivas comunidades de apoio. Segundo Zehr (2017), a restauração deve ser aplicada conforme o modelo mais apropriado para cada situação, sempre com a possibilidade de promover a reparação dos danos.

No contexto brasileiro, a metodologia tem avançado como ferramenta para a construção de uma cultura de paz. De acordo com levantamento realizado pelo Conselho Nacional de Justiça sobre a aplicação da Justiça Restaurativa no país, os Círculos de Construção de Paz se destacam como uma das práticas restaurativas mais utilizadas. Até 2019, 93% dos programas implementados no Brasil recorriam a essa metodologia (BRASIL, 2019).

2.3 Cultura de Paz

A Declaração sobre uma Cultura de Paz, da Organização das Nações Unidas – ONU, publicada em 1999, a qual afirma em seu artigo 1: Uma Cultura de Paz é um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida baseados: a) No respeito à vida, no fim da violência e na promoção e prática da não-violência por meio da educação, do diálogo e da cooperação; b) No pleno respeito aos princípios de soberania, integridade territorial e independência política dos Estados e de não ingerência nos assuntos c) que são, essencialmente, de jurisdição interna dos Estados, em conformidade com a Carta das Nações Unidas e o direito internacional; d) No pleno respeito e na promoção de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais; e) No compromisso com a solução pacífica dos conflitos; f) Nos esforços para satisfazer as necessidades de desenvolvimento e proteção do meio-ambiente para as gerações presente e futuras; g) No respeito e promoção do direito ao desenvolvimento; h) No respeito e fomento à igualdade de direitos e oportunidades de mulheres e homens; i) No respeito e fomento ao direito de todas as pessoas à liberdade de expressão, opinião e informação; j) Na adesão aos princípios de liberdade, justiça, democracia, tolerância, solidariedade, cooperação, pluralismo, diversidade cultural, diálogo e entendimento em todos os níveis da sociedade e entre as nações; e animados por uma atmosfera nacional e internacional que favoreça a paz.

Milani (2003) destaca que promover a Cultura de Paz perpassa pelo fortalecimento dos valores, atitudes e comportamentos em uma perspectiva dialógica e mediatizada pela comunicação não violenta, respeitando a individualidade de cada um e valorizando a diversidade dos sujeitos. O Manual *Círculos em Movimento* disponível no formato digital ressalta que: que a prática de Círculos seja útil para construir e para manter uma comunidade saudável, na qual todos os membros se sintam conectados e respeitados.

A Base Nacional Curricular Comum destaca a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades (BNCC, 2017, p.16). Nunes (2019, p.51) destaca que: “A escola é o lugar de convivência adequado para se trabalhar com os valores, com as atitudes e com a formação de hábitos que permitam a conscientização contínua dos alunos sobre a sua importância e o seu papel no contexto familiar, escolar e social”.

Apesar do crescimento das práticas restaurativas no Brasil, especialmente por meio dos círculos de construção de paz, e de sua inserção no esforço de promover uma cultura de paz, a sociedade ainda se mostra insegura diante do contexto de violência em que vivemos, indicando que ainda há um longo caminho a ser percorrido.

A escola, sobretudo a pública, configura-se como um espaço multi-identitário, abrangendo diferenças de gênero, raça, classe e saberes, e carrega consigo situações de conflito de diversas naturezas. Frequentemente, esses conflitos podem resultar em episódios de violência, nos quais os membros da comunidade escolar se veem expostos ou sujeitos a múltiplas vulnerabilidades. As escolas enfrentam diversas formas de violência, mas a percepção popular, moldada pelas mídias e pela imprensa, costuma se concentrar apenas nas ações de indivíduos, deixando de fora a responsabilidade das instituições. Quando estas são responsabilizadas, muitas vezes é apenas para justificar a precariedade da educação pública, valorizando o setor privado ou legitimando arbitrariedades administrativas, especialmente em contextos de privatização.

De maneira geral, é possível identificar diferentes tipos de violência nas escolas, como racismo, homofobia, bullying, intolerância religiosa e sexual, machismo, entre outros. Esses atos afetam indivíduos que muitas vezes se encontram em situações de vulnerabilidade múltipla, decorrentes de fatores diversos, como pobreza, deficiências cognitivas ou físicas, questões de gênero, raça e classe, formando um perfil multi-identitário (Botelho e Nascimento, 2016).

Além disso, há formas de violência institucional ou institucionalizadas, mantidas por discursos de dominação, incluindo racismo institucional, promoção de narrativas sexistas e posicionamentos políticos e religiosos de grupos aparentemente neutros, mas que carregam ideologias reacionárias, intolerantes e segregacionistas. Também existem formas sutis e indiretas de violência, articuladas entre a administração pública e os meios de comunicação, em que prevalecem interesses econômicos e políticos em detrimento da população, muitas vezes legitimadas pelo consenso social (Santos, 2006). Uma cultura de paz consiste, antes de tudo, em afastar julgamentos moralistas, racionalistas, positivistas, ortodoxos, assimétricos ou hierarquizados. Em sua essência, ela implica o reconhecimento de todas as pessoas como sujeitos de direitos, fundamentados na dignidade humana. Além disso, a cultura de paz envolve o reconhecimento das

diversas formas de violência que atingem os indivíduos, assim como a correção justa das desigualdades que violam direitos, e não apenas a ausência de conflitos.

Sob o pretexto de promover a “paz” ou evitar confrontos, muitas vezes algumas violências são institucionalizadas e direitos são desrespeitados, uma vez que certos mediadores optam por ocultar, contornar ou camuflar situações conflituosas.

Entende-se que uma cultura de paz se relaciona também com justiça, ensino, respeito e igualdade. O professor precisa adotar diferentes perspectivas em sala de aula, considerando que os alunos possuem características diversas e que pequenas situações de conflito entre eles podem gerar episódios de violência. Por isso, é fundamental levar em conta a realidade social e escolar e, a partir da identificação das problemáticas, buscar soluções junto à equipe pedagógica e por meio de diálogos com os estudantes.

O profissional da educação, em parceria com a coordenação escolar, deve planejar projetos e intervenções que abordem problemas típicos da sociedade, refletidos direta ou indiretamente no ambiente escolar, visando minimizar as dificuldades vivenciadas. Entre as questões sociais, a violência se destaca, afetando crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, e ganhando repercussão constante na mídia em níveis nacional, regional e local. No contexto escolar, conflitos entre alunos, muitas vezes originados por motivos banais, podem resultar em trocas de palavras ofensivas e prejudicar a formação educacional e cidadã dos estudantes.

Nesse sentido, a Base Nacional Comum Curricular, enfatiza a importância de a escola garantir a formação integral dos alunos, destacando que é necessário “desnaturalizar qualquer forma de violência nas sociedades contemporâneas” (Brasil, 2018). As diferentes formas de violência presentes na escola, como física e simbólica, surgem a partir da convivência entre indivíduos, da intolerância às diferenças, da falta de empatia e da dificuldade em lidar com conflitos. Por isso, é essencial que essas situações sejam identificadas e combatidas no ambiente escolar, promovendo uma cultura de paz e prevenindo qualquer tipo de violência.

2.4 A prática humanizadora no espaço escolar

Nunes (2019), ressalta que gerir um conflito de forma assertiva através de práticas restaurativas é fundamental para trazer luz às questões em aberto, dirimir dificuldades, melhorar as relações entre os envolvidos e prevenir eventos futuros.

Para Meirelles (2014), os Círculos de Construção de Paz (CCP) oportunizam aos participantes a igualdade de fala, respeito às diferenças, restaurando as relações causadas pelo dano.

Ao propor o círculo de construção de paz, é fundamental que os facilitadores realizem o planejamento prévio para esse momento, com a descrição detalhada do roteiro, levando em conta os seguintes questionamentos: Quando? Em que horário? Onde? Qual vai ser o objeto da palavra? O que se colocará no centro? Que cerimônia de abertura será usada? Que perguntas serão feitas para gerar valores para o círculo? Que perguntas serão feitas para uma rodada de apresentação ou de check-in? Há necessidade de incrementar o relacionamento antes de abordar os problemas? Se houver, como será realizado? Que pergunta (ou perguntas) será usada para iniciar o diálogo a respeito dos assuntos-chave? Que outras perguntas poderão ser úteis, se o grupo não estiver se aprofundando suficientemente nos assuntos-problema? Que cerimônia de fechamento será usada? (Pranis, 2011, p. 11).

A realização dos círculos de construção de paz com foco na escola, possibilita uma experiência única, que qualifica e humaniza as relações no ambiente escolar. Para além disso, desmistifica a verticalidade e a autoridade diante das situações de conflito entre os envolvidos, na intenção de colocar todos, promotores e vítimas, em um processo de corresponsabilização para que os embates, muitas vezes violentos, sejam resolvidos de modo assertivo.

De acordo com Costa (2017), O círculo, nesse sentido, torna-se um espaço de humanização, onde os alunos aprendem a se colocar no lugar do outro e compreender que todos somos seres compostos de virtudes e imperfeições.

Na escola, esses círculos se tornaram um espaço de escuta e transformação, onde cada aluno é valorizado e convidado a participar de um processo de autoconhecimento e convivência respeitosa.

Os resultados observados na prática revelam mudanças significativas nas relações escolares. Os alunos têm demonstrado maior capacidade de escuta, empatia e cooperação. Situações de conflito são tratadas com mais diálogo e menos impulsividade.

Além disso, percebe-se um fortalecimento da confiança entre estudantes e professores, criando um ambiente mais tranquilo e produtivo. As mudanças significativas na postura dos envolvidos, pois as suas necessidades estão sendo consideradas e atendidas pelo grupo.

O círculo possibilita que os alunos experimentem sentimentos diversos, como alegria, tristeza, arrependimento e gratidão e aprendam a expressá-los de forma saudável. Como destaca Silva (2013), a prática restaurativa não apenas resolve conflitos, mas também forma cidadãos conscientes, capazes de refletir sobre seus atos e buscar soluções coletivas.

Vivemos em uma sociedade marcada por diversas formas de violência, manifestadas por meio de atitudes e comportamentos agressivos entre as pessoas, em diferentes contextos e de múltiplas maneiras. No ambiente escolar, essas expressões tornam-se ainda mais evidentes, uma vez que crianças e estudantes estão em processo de formação como sujeitos. Assim, fomentar a Cultura de Paz nas escolas configura-se como uma estratégia essencial para minimizar as violências, promovendo atitudes pautadas no respeito mútuo e na comunicação não violenta para a resolução de conflitos.

Entretanto, é fundamental despertar nos sujeitos uma leitura crítica acerca da realidade em que estão inseridos. O arcabouço teórico-metodológico da Justiça Restaurativa e da Comunicação Não Violenta revela-se como um importante instrumento para a construção e o fortalecimento de sujeitos conscientes, empáticos e pacíficos, estimulando, desde a infância, o desenvolvimento da cultura da paz e o acesso à justiça (Goleman, 2019, p. 11).

Educar sob uma perspectiva humanista significa oferecer oportunidades para que o aluno se torne sujeito do seu próprio processo de formação, construindo ativamente sua identidade e desenvolvimento pessoal. Essa concepção busca o fortalecimento das competências essenciais ao ser humano: a pessoal (aprender

a ser), a social (aprender a conviver), a produtiva (aprender a fazer) e a cognitiva (aprender a aprender). Dessa forma, uma educação voltada para a humanização reconhece e valoriza o estudante como protagonista de sua aprendizagem, incentivando-o a agir de maneira crítica e transformadora diante da realidade em que vive. Assim, somente por meio de uma educação verdadeiramente emancipadora será possível construir uma sociedade mais justa, solidária e ética, em que todos tenham voz, sejam incluídos e participem ativamente com respeito e dignidade (Machado, 2007).

Para Prettoe e Zitkoski (2016), a educação humanizadora desempenha um papel fundamental na sociedade, pois orienta a elaboração de uma pedagogia crítico-libertadora, que valoriza a cultura e a convivência humana. Essa prática educativa se concretiza por meio do diálogo, do afeto, da reflexão e do reconhecimento da trajetória histórica de cada indivíduo (p. 52).

Zechi (2008, p. 11) observa que, nos últimos anos, os casos de violência e indisciplina nas escolas têm se tornado mais visíveis, sendo frequentemente relatados e discutidos em diferentes fontes, como livros, pesquisas acadêmicas, jornais e noticiários. De forma semelhante, Jaqueline Batista da Silva (2004, p. 11) destaca que, embora a violência não seja um fenômeno novo na escola, ela tem recebido maior atenção da sociedade nos últimos tempos devido à cobertura intensa pelos meios de comunicação.

Um estudo realizado por Costa e Porto (2017) evidencia que a política humanizadora e o perdão são elementos essenciais dentro da justiça restaurativa. Segundo Pinker (2011), a crescente sensação de insegurança provocada pela ampla divulgação de atos violentos nas mídias sociais tem evidenciado a necessidade de métodos alternativos de resolução de conflitos, que ultrapassem o âmbito judicial e incluam práticas como conciliação, mediação e a própria justiça restaurativa.

Conforme evidenciado por Costa e Porto (2017), a política humanizadora e o perdão constituem instrumentos essenciais da justiça restaurativa. Pinker (2011) ressalta que a ampliação da sensação de insegurança, causada pela divulgação massiva de atos violentos nas mídias sociais, tem demandado alternativas de resolução de conflitos além da esfera judicial, incluindo práticas como conciliação, mediação e a aplicação da justiça restaurativa.

3 CONCLUSÃO

Falar sobre o círculo é falar sobre amor, respeito e pertencimento. É compreender que todos estamos em constante construção e que, ao escutar o outro, também aprendemos sobre nós mesmos. O Círculo de Construção de Paz é uma metodologia restaurativa que vai além do simples enfrentamento de conflitos: ele forma seres humanos empáticos, conscientes e solidários.

A prática restaurativa representa, portanto, um caminho real e possível para a consolidação de uma cultura de paz na escola e na vida. Traz reflexões importantes sobre as aprendizagens dos estudantes, bem como, sobre as diferentes possibilidades desta prática para a promoção da cultura da paz no espaço escolar.

É imprescindível que a comunidade escolar aprenda a lidar com seus próprios conflitos e necessidades de forma consciente, pacífica e construtiva. Diante disto, é necessário promover espaços de diálogo para que as necessidades dos atores sejam ouvidas e suas histórias respeitadas.

O Círculo Restaurativo de Construção de Paz promove o diálogo, o autoconhecimento e o acolhimento entre os estudantes. É um espaço onde todos têm voz, aprendem a escutar e são convidados a refletir sobre suas atitudes, sentimentos e valores. Os métodos que fomentam o diálogo têm sido uma ferramenta importante de transformação e pacificação social, uma vez que envolvem as pessoas em conflito na busca de solução e reparação de danos causados pela ofensa.

Contudo, é preciso incentivar a cultura da paz nas escolas desde muito cedo as pessoas, por meio da metodologia e princípios da Justiça Restaurativa. E que os professores e as escolas necessitam abrir espaços de escuta e fala aos seus educandos a fim de que possam ter uma formação integral que os possibilite atuar de forma positiva nos contextos em que estão inseridos.

Portanto, os Círculos de Construção de Paz constituem-se como uma ferramenta de fator de proteção, além de ser um espaço de autoconhecimento e autocuidado para os pré-adolescentes e adolescentes. Estes precisam que sejam diariamente estimulados a explorar as formas como têm lidado com as adversidades e desafios da vida e também desenvolver novas habilidades emocionais. Sendo assim, conclui-se que para construir uma sociedade mais

pacífica, justa e solidária é preciso a garantia de acesso à justiça por meio da implementação das práticas restaurativas nas escolas, portanto, a prevenção e a desjudicialização dos conflitos.

REFERÊNCIAS

BARTON, Charles K.B. *Restorative Justice: the empowerment model*. Sydney: Hawkins Press, 2003.

BOTELHO, Denise; NASCIMENTO, Wanderson Flor do. Celebração móvel: políticas públicas, transversalidade e inter-seccionalidade de gênero e raça. In: SANTOS, Debora Silva; GARCIAFILICE, Renísia Cristina; RODRIGUES, Ruth Meyre Mota. *A Transversalidade de gênero e raça nas políticas públicas: limites e possibilidades*. Brasília, 2016.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília/DF: Secretaria de Educação Básica: MEC, CNE, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. MEC, 2018

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e \pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED). *Censo da Educação Básica 2019: Resumo Técnico*. Brasília: Inep/MEC, 2020.

COSTA, Marli Marlene Moraes da Costa; PORTO, Rosane Teresinha Carvalho. *Justiça Restaurativa numa Política Humanizadora e Não Necessariamente de Perdão: Um olhar Crítico e Reflexivo na Resolução do 225 do CNJ/2016*. **Em Tempo**, Marília, p.1-17. 2017.

EVANS, Katherine; VAANDERING, Dorothy. *Justiça restaurativa na Educação- Promover Responsabilidade, Cura e Esperança nas Escolas*. **Palas Athena**, 2018.v

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência social: A ciência revolucionária das relações humanas**. Objetiva, 2019.

MACHADO, João Luís de Almeida. **O que é Educação? Reflexões necessárias sobre essa nobre área de atuação**. **Portal Planeta Educação**, 2007. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/973/456>. Acessado em 15/10/2025.

MEIRELLES, C. A. *Círculos de Paz: projeto-piloto no sistema judiciário*. In: GRECCO, A. et al. **Justiça Restaurativa em ação: práticas e reflexões**. São Paulo: Dash, 2014.

MENEZES, C.; GRANZZOTTO, D. Bullying escolar: a justiça restaurativa como forma de enfrentar e prevenir violências. **Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, v. 4, n. 8, p. 51-57, 2015. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/14388/10138>. Acessado em: 14/10/2015.

MILANI, Feizi M; JESUS, Rita de Cássia Dias Pereira. **Cultura de paz: estratégias, mapas e bússolas**. Salvador: INPAZ, 2003. IN: MILANI, Feizi M. Cultura de Paz x Violências: Papel e desafios da escola.

NUNES, Antonio Ozório. **Como restaurar a paz nas escolas: um guia para educadores**. São Paulo: Contexto, 2019.

ONU. **Relatório mundial de cultura de paz**. Década de Cultura de Paz, Resolução da Assembleia Geral A/1999, 143/09.

PELIZZOLI, M. L. (org). Cultura de Paz Restaurativa -da Sombra à resolução de conflitos. In: Pelizzoli, M.L. (org) Justiça Restaurativa: caminhos da pacificação social. Caxias do Sul/Recife: Ed. da UCS/EDUFPE, 2016.

PRANIS, Kay. **Círculos de justiça restaurativa e de construção da paz: guia do facilitador** / por Kay Pranis ; tradução : Fátima De Bastiani . [Porto Alegre : Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Departamento de Artes Gráficas], 2011.

PRANIS, Kay. **Processos Circulares**. Trad. Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2019.

PRANIS, K. **Processos Circulares**. São Paulo: Palas Athenas, 2010.

PRETTO, Flávio Luís; ZITKOSKI, Jaime José. Por uma educação humanizadora: Um diálogo entre Paulo Freire e Erich Fromm, **Revista Ciências Humanas e Educação**, v. 17, n. 29, 2016.

SILVA, Jaqueline B. A escola enfrenta a violência: dos projetos às representações docentes. 2004. 264 f. **Dissertação (Mestrado em Educação)** – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SILVA, Luciana Aboim Machado Gonçalves da (coord.) **Mediação de Conflitos**. São Paulo: Atlas, 2013.

SOUZA, C.; SANTOS, K. Desafios na Resolução de Conflitos no Ambiente Escolar. **Inovação & Tecnologia Social**, v. 1, n. 2, p. 119-140, 1 out. 2019. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/14388/10138>. Acesso em: 14/10/2025.

ZECCHI, Juliana A. M. Violência e indisciplina em meio escolar: aspectos teóricometodológicos na produção acadêmica no período de 2000 a 2005. 2008. 147f. **Dissertação (Mestrado em Educação)** – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

ZEHR, Howard. **Teoria e prática da Justiça Restaurativa**. São Paulo: Palas Athena, 2017.

ZEHR, Howard. **Trocando as lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça**. São Paulo: Palas Athena, 2008.